



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAxis

ANO V - Nº 49 - MAIO/JUNHO 2009

Assistentes sociais marcam presença nos eventos comemorativos de maio



Público acompanha a mesa de abertura da conferência do Dia 15 de Maio, que contou com Alba Tereza B. de Castro (ABEPSS), Cleusa Santos (Regional ABEPSS Leste), Fátima Grave Ortiz (presidente do Cress/RJ), Elza Vellozo (vice-presidente do Cress/RJ) e Rodriane de Oliveira Souza (CFESS).

Os assistentes sociais e estudantes de Serviço Social prestigiaram todos os eventos comemorativos promovidos pelo Cress/RJ. Foram realizados três seminários com temas relevantes para categoria: saúde, direitos humanos e "Socializar riqueza para romper desigualdade" (campanha atual do conjunto CFESS/Cress), além da conferência "A atualidade do compromisso com os trabalhadores: os 30 anos do Congresso da Virada (1979-2009)". A categoria também lotou os espaços onde foram realizados os minicursos. Veja cobertura dos eventos nas páginas centrais.

Seminário Nacional do SUAS

Evento reúne cerca de 2.300 participantes na UERJ

Pág. 4

Nesta edição:

Mais visibilidade para o Serviço Social



Uma das ações de comunicação do Cress/RJ incluiu o lançamento do hotsite sobre a Lei do Sigilo Profissional

Pág. 11

“Por dentro do Cress” mostra funcionamento da Secretaria

Pág. 5

Cress lança nota pública sobre o Programa Delegacia Legal

Pág. 10

Editorial

Nos últimos meses não há um dia em que não ouçamos a palavra crise. Jornais, programas de TV e noticiários reúnem informações, hipóteses e distintas interpretações sobre suas causas. Em geral, escondem um de seus aspectos principais, identificado por quem se propõe a ultrapassar uma análise superficial: as crises do capitalismo são próprias deste modo de produção.

Não há consenso sobre as causas e os efeitos da crise atualmente em curso. Algumas de suas faces já podem ser observadas. Dentre outras, o caráter destrutivo do capitalismo sobre a natureza e a ausência de qualquer hesitação dos países capitalistas em se utilizar de dinheiro público, através de intervenção direta do Estado, para salvar bancos e empresas privadas como a General Motors, tentando evitar que suas eventuais falências ameacem o modo de produção que tanto defendem.

Não é um momento para comemorações: as crises trazem impactos distintos para as classes sociais, os maiores e mais graves recaindo sobre os trabalhadores e a população empobrecida. Não por acaso, estão entre estes a maioria daqueles que necessitam das políticas com que atua o Serviço Social brasileiro. Momentos de crise exigem dos assistentes sociais um ainda maior conhecimento sobre a conjuntura, a história das lutas sociais e das contradições existentes na sociedade. Implica que tenhamos maior discernimento e firmeza na defesa dos princípios éticos que orientam nossa atuação profissional.

A atual edição do Praxis demonstra que temos potencial para a tarefa: os debates e reflexões do Mês do Assistente Social, a campanha em defesa do direito ao sigilo, as firmes posições contra a descaracterização do papel do estágio na formação profissional, dentre outras, são ações que demonstram que é possível insistir na perspectiva crítica e propositiva que tem marcado o Serviço Social brasileiro nas últimas décadas. ■

ASSEMBLÉIA

O Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região convoca os Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro para Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia **10 de Julho de 2009** (sexta-feira), às 17h30 em 1ª convocação e às 18h em última convocação, na sede do CRESS. Rua México, nº 41/1204 Centro. Terão direito a voto os profissionais em pleno gozo de seus direitos e quites com as anuidades do CRESS até o ano de 2008.

Pauta: Encontro Descentralizado da Região Sudeste/Encontro Nacional CFESS/Cress (delegação, temas e proposta) e outros informes.

Informes

Seminário Internacional

O Seminário Internacional “O Trabalho Social França Brasil” será realizado de 24 a 26 de setembro, no Sesc Vila Mariana. Rua Pelotas, 141, São Paulo. A promoção do evento é do CBCISS e do Sesc/SP. A proposta é apresentar um panorama do desenvolvimento do trabalho social nos dois países e estabelecer uma base de trocas permanentes entre os diferentes atores presentes nesse campo. Informações: www.sescsp.org.br/tsfrancabrasil

Nota Pública – Práxis 48

O Conselho Regional de Serviço Social esclarece que o MEC, em sua portaria nº 040, artigo 63º, permite que os cursos de graduação já credenciados e em processo de reconhecimento possam expedir diplomas com base no resultado da avaliação realizada por aquele ministério ao curso. Tal medida, embora polêmica do ponto de vista jurídico e político, visa garantir que os alunos de tais cursos não tenham prejuízos decorrentes do processo formal que envolve o reconhecimento pelo MEC dos cursos de graduação no Brasil. Sendo assim, com base nesta Portaria, este Conselho reconhece como impropriedade a informação publicada na 48ª. Edição de seu jornal Praxis, página 04, na matéria “Setor de Registro e Anuidade” que afirma que “.tanto a UNIPLI (Niterói) quanto a UNIGRANRIO (Caxias) e a Universidade Estácio de Sá (Cabo Frio), por exemplo, até o fechamento desta edição ainda não haviam sido reconhecidas pelo MEC.” Os cursos de graduação destas universidades foram avaliados positivamente pelo MEC e encontram-se no aguardo da publicação formal das portarias que concluem seus respectivos processos de reconhecimento. Enquanto isso, conforme a Portaria supracitada, tais unidades de ensino podem expedir diplomas e seus egressos obterem seus respectivos registros profissionais junto a este Conselho,

desde que apresentem a relação de documentos necessários disponível em nosso sítio tal como qualquer outro solicitante. Cabe ainda informar que a matéria apoiou-se nas informações disponíveis no sítio eletrônico do MEC, que por não apontar tais particularidades, gerou o engano das fontes utilizadas para a realização da matéria.

Prêmio

A direção da Faculdade de Serviço Social da Uerj informa que a professora Lúcia Maria de Barros Freire foi uma das duas grandes vencedoras do Prêmio “Mundos do Trabalho”, com o tema “20 anos de política de saúde do trabalho no Brasil: concepções e estudo de casos em espaços públicos e privados”. O prêmio é promovido pela Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET).

Mobilização

Após uma manifestação contra projeto de lei que institui Fundações Estatais no SUS, com cerca de 3 mil pessoas, em Brasília, representantes de várias entidades do movimento social se reuniram no dia 17 de junho com deputados no auditório da Câmara dos Deputados. Entre eles, o presidente do ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior) Fernando Pires, que foi recebido pelo presidente da Câmara dos Deputados Michel Temer e entregou um documento que relata o risco que o SUS está correndo com o PLP 92/2007. Disse que a sociedade civil é contra esse projeto e citou o exemplo da categoria de assistentes sociais: “Em seminário recente, o Conselho Federal de Serviço Social e cerca de mil assistentes sociais aprovaram moção de repúdio a esse projeto”. As entidades já planejam novas ações. Participe dessa luta! Envie emails para os deputados e se posicione contra o PLP 92/2007.

PRAXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
- 7ª REGIÃO - Nº 49 - Maio/Junho 2009**Presidente:** Fátima da Silva Grave Ortiz**Vice-Presidente:** Elza Velloso**1ª Secretária:** Lúcia Maria da Silva Soares**2ª Secretária:** Conceição Maria Vaz Robaina**1ª Tesoureira:** Newvone Ferreira da Costa**2ª Tesoureira:** Alena Mab Góes Contente**Suplentes de Diretoria:** Michelle Rodrigues de Moraes, Jurema Alves Pereira da Silva, Mônica Vicente da Silva, Georgina de Queiroz dos Santos e Maurício Caetano Matias Soares**Conselho Fiscal:** Martha Fortuna Pereira Bastos, Maria Elizabeth Freire Salvador, Leopoldina de Araújo Cardoso**Suplentes:** Telma Pilé Gomes, Lisamar Bastos Simões e Erika Schreider**Comissão de Comunicação e Cultura:** Michelle Moraes, Lúcia Maria da Silva Soares, Leandro Rocha, Conceição Maria Vaz Robaina, Jefferson Lee de Souza Ruiz e Cecília Contente**Norte e Nordeste Fluminense**Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170
Centro - Telefax: (22) 2723-9464**Coordenadora:** Janaina Alves Monteiro**Tesoureira:** Iraí Martin Bohrer**Secretária:** Luciana Custódio Soares**Suplentes:** Gisele Pereira Luiz, Ana Tereza de Sá Santos Cezario, Lidiane Pereira Braga**Sul Fluminense**

Rua 25 -A, 23 s/802, Vila Santa Cecília

CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Greicy Hellen Santana de Assis**Tesoureira:** Carmem Lúcia Brandão**Secretária:** Sabrina Alves de Faria**Suplentes:** Ailton da Silva Carvalho, Gilvane Mazza Ribeiro**Jornalista Responsável:** Cecília Contente (MTB/RJ 17.232)**Design gráfico e ilustrações:** Carlos D**Impressão:** Tipológica - Tiragem: 10.000 exemplares

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787**e-mail:** comunicacao@cressrj.org.brAcesse www.cressrj.org.br

Mês de maio com muitas atividades

Gestão

Desde a última edição do Praxis, as principais ações da diretoria estiveram diretamente ligadas à organização e participação do Mês do Assistente Social. Alguns conselheiros deram aulas em minicursos, que aconteceram em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro. Outros representaram o Cress/RJ em diversos eventos promovidos em locais de atuação do assistente social. Veja em quadro abaixo algumas atividades em que o Cress/RJ esteve presente.

A Comissão de Inscrição e Combate à Inadimplência encaminhou junto com a Comissão de Educação um folder com o propósito de conscientizar os assistentes sociais da importância de estar em dia com as suas anuidades. Neste material, foi lançada uma marca (veja ilustração), com o objetivo de incentivar o fortalecimento do Conselho. Há ainda informações sobre o Cress e esclarecimentos sobre para que servem as anuidades pagas por cada profissional. Também dá dicas de como negociar e regularizar os débitos com a entidade.

O Cress/RJ esteve presente, por meio da conselheira Elza Vellozo e do assessor político, na Câmara dos Vereadores para se juntar aos movimentos sociais e se manifestar contra a aprovação do Projeto do prefeito Eduardo Paes sobre as Organizações Sociais. Mas o projeto foi aprovado. A direção também encaminhou mensagem para todos os senadores, solicitando a aprovação do PLC 060/2007 (que garante assistentes sociais na Educação básica), cuja votação aconteceu no dia 20 de maio, no Senado. Veja o documento nesta página. Outra ação de destaque neste período foi o lançamento da nota pública lançada pelo Cress sobre o estágio na Delegacia Legal.

O Cress/RJ está fazendo parte do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTT/RJ. A Conselheira Maria Elizabeth Freire Salvador é a representante titular e sua suplente a conselheira Erika Schneider.

A atual gestão do Cress/RJ está investindo na aproximação com as Seccionais por meio de encontros periódicos. Também está promovendo mudanças na área de recursos humanos. Reuniões mensais estão sendo feitas entre diretores e funcionários para avaliar as principais demandas.

Confira as atividades comemorativas do Dia do Assistente Social em que o Cress/RJ esteve presente no mês de maio

- Hospital Quinta D´Or
- Faculdade Flama
- Prefeitura de Macaé
- Corpo de Bombeiros Estado do Rio de Janeiro
- Câmara Municipal do Rio de Janeiro (audiência pública em homenagem ao Dia do Assistente Social)
- Escola de Serviço Social da UFRJ (Evento "Reforma universitária e precarização do exercício profissional")
- PrevRio
- Serviço Social de Home Care e Hospitais
- Associação de Assistentes Sociais de Teresópolis
- 60 anos da Faculdade de Serviço Social da UERJ
- São Pedro da Aldeia
- Hospital Geral de Bonsucesso
- Hospital de Ipanema
- Secretaria Municipal de Bem Estar Social de Belford Roxo
- Curso de Serviço Social da Universidade Castelo Branco (Palestra "Estágio em Serviço Social")
- II Semana de Integração Acadêmica da Escola de Serviço Social da UFRJ
- Curso de Serviço Social da Universidade Estácio de Sá / Campus Rebouças



A conselheira Elizabeth Salvador representou o Cress/RJ na audiência pública em homenagem ao Dia do Assistente Social e ao Dia dos Enfermeiros na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Ao fazer parte da mesa do evento, a diretora, em seu discurso, reafirmou o princípio ético-político profissional do Serviço Social.

Direção do Cress solicita a aprovação do PLC 060/2007 aos senadores

Excelentíssimos senhores e senhoras senadores:

O PLC nº 060/2007, que garante a atuação de assistentes sociais e psicólogos/as na educação básica, está na ordem do dia desta quarta-feira, 20 de maio, da sessão do Senado Federal, para ser apreciado e deliberado por Vossas Excelências.

Sabemos que nas escolas se expressam diferentes dimensões da vida social de crianças e adolescentes.

No intuito de transformá-las, cada vez mais, em instituições que permitam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de cada país e a efetiva emancipação das pessoas, temos observado em vários locais do mundo uma crescente preocupação com este conjunto de fenômenos. Uma das medidas tomadas nesta direção tem sido a previsão da presença e da atuação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento nas instituições educacionais, visando garantir a perspectiva de uma educação integral, capaz de se aproximar de tais objetivos.

Coerentes com os princípios de nosso código de ética profissional, vimos solicitar-lhes a aprovação do Projeto de Lei do Congresso nº 060/2007 na sessão prevista para hoje à tarde.

Esta será, certamente, uma demonstração de vossa preocupação social com o futuro do país e de nossa população.

Cordialmente,

Direção do Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região - Rio de Janeiro

20 de maio de 2009



Este selo foi criado com o objetivo de conscientizar os assistentes sociais sobre a importância de estar em dia com o Cress/RJ. A marca constará em alguns materiais impressos do Conselho.

Exerça sua profissão legalmente!

Seminário Nacional do SUAS reúne na Uerj cerca de 2.300 participantes



Mesa de abertura do Seminário Nacional do SUAS

O Seminário Nacional “O Trabalho do Assistente Social no SUAS” realizado nos dias 2 e 3 de abril no Teatro Odylo Costa Filho e auditórios da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) superou as expectativas do CFESS e do Cress/RJ, responsáveis pela organização do evento, e reuniu cerca de 2.300 pessoas, entre profissionais, estudantes e outros profissionais. Em função da importância do tema para a profissão de Serviço Social, os participantes, além de lotarem o “Teatrão” foram acomodados em mais três auditórios da Universidade, onde foram feitas transmissões simultâneas.

As principais mesas foram transmitidas em tempo real por meio do site do CFESS. Algumas instituições de ensino organizaram espaços de exibição das palestras para seus alunos. Em Campos dos Goytacazes, por exemplo, a Universidade Federal Fluminense (UFF) reuniu cerca de 100 pessoas para acompanhar a transmissão on line. Na avaliação do público presente o saldo foi positivo, pois foi uma oportunidade de assistir, em um evento gratuito, palestras com conteúdo de extrema importância para a reflexão de quem atua na área da Assistência Social. Os debates foram polêmicos e tiveram ampla participação da plenária.

No primeiro dia de evento, a mesa de abertura contou com os representantes do CFESS, Ivanete Boschetti; CRESS/RJ, Fátima Grave Ortiz; ABEPSS, Elaine Behring; ALAEITS, Ana Elizabete Mota; ENESSO, Renata Flávia; FSS/UERJ, Marco José de Oliveira Duarte e MTST/SP (Movimento dos Sem Teto), Helena Silvestre. Fátima abriu o Seminário explicando que o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar o evento em função do município ter enfrentado várias questões no campo da Assistência Social. Helena abordou a questão da vinculação entre universidade e realidade e afirmou que o Serviço Social consegue se inserir na questão social e dialogar com a realidade, arrancando aplausos do público. Ivanete encerrou lembrando que a política de Assistência Social é importante na mediação para a garantia dos direitos sociais: “Defendemos uma política de luta pela mobilização social e organização dos trabalhadores”. Disse ainda que o Serviço Social tem o compromisso com a construção de uma sociedade onde os direitos sejam respeitados.

A primeira conferência “Assistência Social em Debate: Direito ou Assistencialização?” teve a participação de Aldaiza Sposati – PUC/SP, Berenice Rojas Couto – PUC/RS e Ana Elizabete Mota – UFPE, que apresentaram uma análise sobre a política de Assistência Social. Na parte da tarde foi realizada a conferência “Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social” com a



diretora do Departamento de Gestão do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social, Simone Albuquerque e as professoras Elaine Behring, da UERJ e Mavi Rodrigues, da UFRJ. Simone apresentou dados (em *power point*) relevantes para promover o balanço da implantação do Sistema Único de Assistência Social nos últimos cinco anos. Elaine e Mavi apontaram críticas e sugestões, a partir do trabalho do assistente social no SUAS. O debate que seguiu foi intenso.

Plenárias simultâneas

O segundo dia de evento começou com cinco debates simultâneos que também reuniram um número bastante expressivo de profissionais e estudantes. “Família, Gênero e Assistência Social” com Regina Célia Tamasso Miotto – UFSC, Marlene Teixeira – UnB e Maria Helena Tavares - assistente social da SMAS/RJ e PUC/RJ foi um dos mais concorridos. Palestrantes e participantes concordaram que era fundamental ampliar o conceito de *família*.

O Auditório 111 da Uerj ficou lotado. “O Trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS” foi o que contou com o maior número de pessoas e, por isso, foi realizado no Teatrão. As palestrantes foram Maria Elizabete Santana Borges – UFBA, Léa Lúcia Cecílio Braga – SMAS/BH e Francine Helfreich Coutinho dos Santos – Assistente social da SMAS/RJ. A plenária marcou a importância da autonomia profissional para atender as reais necessidades da população. Foram levantadas as condições de trabalho nos centros de

referência e destacada a necessidade de entender a política de Assistência Social como política pública.

“Interdisciplinaridade e Assistência Social” com Fátima Grave Ortiz – presidente do CRESS/RJ e UFRJ e Vivian Fraga – CRP/RJ também despertou grande interesse assim como “(Des)Territorialização, População de Rua e o Trabalho de Assistentes Sociais” com Maria Lúcia Lopes - Pesquisadora GESS/UnB, Jorge Muñoz - Fórum Permanente de População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro e Orlando Júnior – IPUR/RJ.

Na Capela Ecumênica foi realizado o debate “Assistência Social, Mobilização e Educação Popular” com Marina Maciel – UFMA, Hilda Corrêa de Oliveria – assistente social, especialista em Política Pública e ex-presidente do CRESS/RJ e Eblin Farrage – UFF/PURO. Durante a plenária ficou evidente a urgência em recuperar a dimensão pedagógica da atuação profissional dos assistentes sociais. Houve consenso de que o trabalho nos CRAS, com a família, por exemplo, não pode ser desvinculado da educação popular.

A Conferência “Condições de Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional” com a professora da UFRJ, Yolanda Guerra e a presidente do CFESS e professora da UnB, Ivanete Boschetti, mais uma vez lotou o Teatro Odylo Costa Filho e os auditórios com a transmissão simultânea. As palestrantes trataram do trabalho cotidiano dos profissionais de Serviço Social que atuam na política de Assistência Social.

Inovação tecnológica amplia acesso

A inovação da transmissão do evento em tempo real pelo site do CFESS, das conferências e dos debates que seguiram, permitiu a ampliação do acesso às reflexões postas durante o seminário, mesmo daqueles que não puderam estar presentes. Cabe ressaltar que até o final do evento foram contabilizados cerca de 800 acessos ao site durante a transmissão on line. O número total de participantes (presenciais e virtuais), portanto, ultrapassou a marca de 3 mil pessoas, o que pode ser comparado a um Congresso.

O Seminário aprovou uma moção exigindo a posse efetiva dos assistentes sociais aprovados no concurso público do INSS, que pode ser conferida na íntegra no site www.cfess.org.br

A mesa de encerramento foi composta pela presidente do CRESS/RJ, Fátima Grave Ortiz, pela presidente do CFESS, Ivanete Boschetti e pela atual presidente da ABEPSS, Elaine Behring. Elaine deixou o cargo de vice-presidente do CRESS/RJ em função dos compromissos assumidos ao ser eleita para a presidência da ABEPSS em dezembro de 2008. O cargo passou a ser ocupado pela conselheira Elza Velloso. ■

V Encontro Estadual de Serviço Social na Educação mais uma vez mobiliza categoria

Felipe Moreira*

No dia 2 de junho foi realizado na UERJ o “V Encontro Estadual de Serviço Social na Educação” (EESSE). O Encontro deste ano teve o objetivo de contribuir com a elaboração dos parâmetros de atuação do assistente social nas diversas áreas da educação escolarizada. Mais uma vez o auditório ficou lotado de assistentes sociais, estudantes de Serviço Social, além de profissionais de Psicologia e de Pedagogia. Novamente contamos com participantes de outros estados, como Minas Gerais e Espírito Santo. A organização do evento continuou sob a responsabilidade da Comissão de Educação do Cress/RJ, do PEEPSS-Uerj e da Faculdade de Serviço Social da Uerj).

A primeira mesa do evento foi composta pela assistente social Jurema Alves (coordenadora do PESCAJ-Uerj, diretora do Cress/RJ, da Comissão de Educação do mesmo Conselho e do Grupo de Trabalho de Educação do CFESS) e pelo professor Ney Almeida (coordenador do PEEPSS-Uerj, professor da Faculdade de Serviço Social da Uerj e da UCB, mestre e doutorando em Educação pela UFF). Jurema informou como seria a dinâmica do Encontro. Como tema “Aspectos Norteadores do Serviço Social na Educação no Brasil”, os participantes se dividiram em Grupos de Trabalho (GT’s) para a elaboração de propostas acerca dos parâmetros de atuação do assistente social nas diversas áreas da educação formal. Disse que, apesar de nos pautarmos em uma concepção de educação que busca a sua totalidade, os GT’s se deteriam àquelas intra-escolares.

Ney pontuou a necessidade do assistente social atuante nas escolas ter ciência de que o campo da educação é um terreno permeado por lutas políticas, onde projetos diferentes de sociedade se confrontam. Sobre o trabalho interdisciplinar, destacou que é uma oportunidade para que profissionais de formações diferentes possam somar esforços em busca de objetivos comuns. O professor foi aplaudido pelos participantes quando destacou a importância de se não confundir Serviço Social com Assistência Social, e que o assistente social não pode ser considerado um profissional específico e limitado ao campo da Assistência.

Os pôsteres, expostos em frente ao auditório, socializaram experiências profissionais de assistentes sociais no campo da educação e abordaram temas diversos. Os Grupos de Trabalho contribuíram com a elaboração dos parâmetros de atuação do assistente social nos seguintes campos: Educação Infantil, Fundamental, Ensino Médio e Profissionalizante, Educação Superior, Especial e Educação de Jovens e Adultos. Em cada um dos seis grupos houve a apresentação de uma experiência profissional vinculada ao seu âmbito de atuação. Em todos os grupos a presença e a participação dos presentes foram intensas. Um representante de cada grupo compôs a mesa que foi mediada por Andreia Pequeno (ex-presidente do Cress/RJ e integrante da Comissão de Educação do Conselho) e, com base na sistematização das discussões, apresentaram os principais conteúdos abordados. Ficou evidente a preocupação da categoria com o compromisso ético-político dos assistentes sociais junto ao processo de construção de uma educação escolarizada ampliada, voltada efetivamente para a formação de indivíduos críticos.

Andreia parabenizou os participantes pelas propostas apresentadas e apontou a necessidade do profissional de Serviço Social repensar suas prioridades, pois ainda é pouco comum, por exemplo, acessar o Ministério Público com vistas à garantia de direitos recorrentemente negados.

Os participantes do evento aprovaram uma moção de repúdio à arbitrária decisão do Tribunal de Justiça que anula o sistema de cotas nas universidades públicas do Rio de Janeiro.

Agradecemos e parabenizamos a todos pela participação no nosso Encontro Estadual deste ano e, desde já, deixamos o convite para o EESSE de 2010! Até lá!

*Felipe Moreira é assistente social da Prefeitura do Rio de Janeiro e integra a Comissão de Educação do Cress/RJ.

Por dentro do Cress

Secretaria: Um setor estratégico

A proposta da atual gestão do Cress/RJ é aproximar, cada vez mais, a categoria do seu Conselho Profissional. Para isso, aposta em dar visibilidade ao funcionamento dos setores da entidade e para sua equipe de recursos humanos. A ideia é que a partir dessas matérias, o assistente social conheça os serviços realizados por cada setor e o funcionário responsável por cada serviço do Cress/RJ. Dando continuidade à série de reportagens “Por dentro do Cress”, a Secretaria é o setor apresentado nesta edição.

Edilson Moreira dos Santos (15 anos de Cress), José Guilherme Teixeira Marques (3 anos de Cress) e Allan Botelho da Silva (2 anos de Cress) são os funcionários que atuam no setor. Eles explicam que a Secretaria funciona como uma “porta de entrada” no Cress/RJ, pois é neste espaço que o assistente social recebe seu primeiro atendimento. Mesmo aqueles que vem fazer um atendimento específico do setor de Registro e Anuidade ou da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), por exemplo, acabam fazendo uma espécie de pré-atendimento na secretaria.

Grande movimento

O que não falta é movimento no setor, registram consensualmente os três funcionários. O atendimento por telefone é uma das maiores demandas. Edilson lembra que apesar do menu da mesa telefônica indicar os setores, na dúvida a opção é a secretaria, que, se for o caso, encaminha para outro funcionário. Guilherme e Allan lembram que as vendas das publicações também requerem uma atenção especial, pois há muita procura dos profissionais e o serviço também é feito por sedex. Guilherme destaca que uma ferramenta criada dentro do programa Excell, elaborada no próprio setor, facilitou a venda das publicações para outros municípios e estados.

Edilson ressalta que as atividades desenvolvidas pela Secretaria são estratégicas. O apoio administrativo prestado às comissões temáticas e regimentais do Cress/RJ é feito pela Secretaria. Cada funcionário fica responsável por um determinado número de comissões. A organização dos eventos promovidos pelo Conselho, dentro e fora da sede, também conta com o apoio integral dos funcionários do setor, que operam equipamentos audiovisuais, confeccionam certificados, elaboram lista de presença e inscrições. Na maioria das vezes, são responsáveis pelo contato para fazer o convite aos palestrantes, debatedores e conferencistas e sua confirmação por telefone, fax ou e-mail. Toda a logística dos eventos fica a cargo dos funcionários da Secretaria, enfatiza Guilherme.

Edilson ressalta que o setor funciona ainda como um Protocolo, já que é ali se faz um acompanhamento administrativo da tramitação das denúncias éticas, sob a coordenação da presidente do Cress/RJ e da presidente da Comissão de Ética. A secretaria é o setor responsável pelo recebimento de todas as correspondências que chegam ao Cress, bem como pela sua distribuição entre os diversos setores e diretores da entidade. O contato com as Seccionais para o esclarecimento de dúvidas administrativas também é realizado por esses funcionários.

Segundo Edilson, um dos maiores desafios do setor é fazer um atendimento de boa qualidade e ao mesmo tempo executar os trabalhos internos com a maior atenção possível. Allan listou alguns desses trabalhos que fazem parte do cotidiano da Secretaria como: armazenamento, requisição, controle e conferência de material, arquivos, elaboração de ofícios e envio de correspondências, contribuição no envio do boletim eletrônico, confecção de etiquetas para o envio do jornal e digitação.

Os três são unânimes em apontar que o perfil ideal para atuar na secretaria deve ser dinâmico, ágil e pró-ativo, pois lidam diretamente com o público. A Secretaria funciona das 9h às 18h.

Especial

Eventos promovidos pelo Cress/RJ para comemorar o Mês do Assistente Social



Marilda Iamamoto, Plínio de Arruda Sampaio Júnior e Maria do Socorro Cabral participam da mesa central coordenada por Fátima Grave Ortiz e Elxa Vellozo.

De alguns anos para cá, o Dia do Assistente Social deixou de ser celebrado apenas no dia 15 de maio e ganhou o mês inteiro de comemorações com uma programação intensa, que teve como maior objetivo contribuir para uma qualificação ainda maior de profissionais e estudantes de Serviço Social. A decisão da atual gestão do Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região em investir na realização de grandes eventos gratuitos, três seminários e uma conferência, que abordassem temas relevantes para o cotidiano profissional do assistente social mostrou que foi acertada, pois foi grande a participação da categoria.

Os minicursos promovidos pelo Cress/RJ também já fazem parte da programação do Mês do Assistente Social. As inscrições, realizadas previamente, foram bastante concorridas. Este ano foram divulgadas, em uma edição especial do Práxis com a programação de maio, as ementas dos minicursos, a fim de que os interessados pudessem fazer a melhor escolha. Foram reservadas 10% do total de vagas oferecidas aos estudantes de Serviço Social. Tradicionalmente os minicursos aconteceram na sede do Cress e em várias regiões do estado com o objetivo de descentralizar as ações do Conselho.

Conferência

“A atualidade do compromisso com os trabalhadores: os 30 anos do Congresso da Virada (1979-2009)”. Esse foi o tema escolhido para a mesa central do Dia do Assistente Social, 15 de maio, que aconteceu este ano em um salão no América Football Club, localizado na Tijuca, Rio de Janeiro. Cerca de 900 pessoas entre assistentes sociais, estudantes de Serviço Social e convidados acompanharam as conferências de Plínio de Arruda Sampaio Junior (Unicamp), Marilda Iamamoto (UERJ) e Maria do Socorro Cabral (PUC-SP).

A mesa de abertura contou com a presença da atual presidente do Cress/RJ, Fátima Grave Ortiz e da vice-presidente Elza Velloso, além de Alba Tereza Barroso de Castro da ABEPSS, Cleusa Santos, integrante da Regional ABEPSS

Leste, e Rodriane de Oliveira Souza, do CFESS. Logo depois a conselheira Conceição Vaz Robaina apresentou os materiais de comunicação lançados no mês de maio, destacando o investimento feito no hot site que trata a lei do sigilo (matéria completa na página 11 desta edição).

A mesa central teve início com Plínio de Arruda Sampaio Junior que fez uma análise conjuntural, destacando a atual crise econômica, que, segundo sua avaliação, nada mais é do que a crise orgânica do capitalismo, cuja principal causa está no desenvolvimento do sistema capitalista. Revelou as várias particularidades da crise e os seus impactos no Brasil de maneira didática, conquistando a total atenção do público presente. Apontou como solução que a sociedade pautasse, com seriedade, um debate do socialismo, que em sua opinião é o único horizonte civilizatório.

Maria do Socorro Cabral, que estava presente e foi uma das protagonistas no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 1979, fez um recuo no tempo para explicar o significado político do chamado “Congresso da Virada”. Relembrou a conjuntura econômica, política e social da época e os componentes internos da profissão, que possibilitaram essa “virada”, tendo em vista que o Serviço Social acompanhou todo o movimento da sociedade brasileira.

Marilda Iamamoto, que também participou do “Congresso da Virada”, resgatou os principais avanços do Serviço Social nas últimas três décadas, marcando uma concepção de profissão comprometida com a garantia de direitos do seus usuários. Ressaltou que a ruptura só foi possível por que os assistentes sociais estavam envolvidos nas principais lutas do período e defendiam as mudanças. Alertou que, apesar da “virada” profissional, os assistentes sociais ainda precisam vencer muitos desafios. Para enfrentá-los orientou a defesa da direção social estratégica para o projeto profissional no trabalho cotidiano. afirmou que é necessário aprender com os autores clássicos e conhecer o histórico do povo brasileiro.

Seminários

“Segurança pública e direitos humanos: uma equação possível?” foi o tema escolhido para abrir a programação dos seminários. O evento foi realizado dia 8 de maio, no CIAD, Centro, com o principal objetivo de tratar a importância da implementação de uma política pública de segurança que respeite os direitos humanos. Os palestrantes foram: Miriam Guindani, da UFRJ; Marcelo Freixo, deputado estadual; Luiz Eduardo Soares, secretário municipal de Assistência Social e Prevenção da Violência de Nova Iguaçu e Marilene Lima de Souza, da Organização Mães de Acari. A coordenação foi feita pela conselheira do Cress/RJ Elizabeth Salvador.

Freixo iniciou fazendo uma denúncia do atual modelo de carceragem da Polícia Militar em que, segundo ele, não há apenas a ausência de direitos humanos, mas sim de humanidade. afirmou que, com esse tipo de cárcere, a sociedade não pode estar em segurança. Salientou que para discutir Segurança Pública é necessário abordar quatro elementos: Estado, soberania, território e governança. Enfatizou que a criminalização da pobreza é fortalecida pelas instituições. Também relatou que os estados obrigam o cumprimento da pena obrigando o preso a escolher um pavilhão ligado a determinada facção criminosa e que a própria Polinter administra o sistema na lógica das facções alegando facilidades administrativas. Sugeriu a desmilitarização e desarmamento do Estado, além de propor debates com propostas concretas para mudar e enfrentar as milícias. Logo depois Marilene fez um depoimento emocionado do assassinato de seu filho e do movimento que participa. Também fez um questionamento sobre as verbas públicas destinadas a uma política de segurança.

A violência institucionalizada e a atuação do Serviço Social nesse contexto foram tratadas pela assistente social e professora da Escola de Serviço Social da UFRJ Miriam Guindani. Lembrou que os assistentes sociais atuam na ponta das políticas públicas e precisam responder com responsabilidade. Para isso, é fundamental a qualificação

Mês do Assistente Social contam com o prestígio da categoria

para o debate e interagir com outros profissionais. afirmou ainda que o Serviço Social pode contribuir mesmo não atuando diretamente na área da Segurança Pública. Luiz Eduardo revelou dados impressionantes sobre a violência, que atinge majoritariamente jovens negros do sexo masculino de 15 a 24 anos. Ele recomendou mudanças que podem ser feitas dentro das instituições para amenizar o atual quadro de violência como mudar comportamentos em relação ao racismo, por exemplo. Alertou ainda que a polícia deve fazer parte do processo democrático, lembrando que em outros lugares do mundo ela é bem diferente da que existe no Brasil.

Romper desigualdades

O Seminário “Socializar riqueza para romper desigualdades”, realizado no dia 22 de maio, lotou o auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), no campus da Praia Vermelha da UFRJ. Os professores Mauro Iasi, da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ) e Reinaldo Gonçalves, do Instituto de Economia (IE/UFRJ), coordenados pela presidente do Cress/RJ Fátima Grave Ortiz não pouparam críticas ao modelo econômico adotado pelos sucessivos governos nos últimos 20 anos para redução das desigualdades sociais.

Reinaldo fez duras críticas à escolha do atual governo federal pelas políticas sociais compensatórias, que tem seu maior exemplo no programa Bolsa Família, em vez de optar por uma reforma que realmente reduzisse a concentração de riquezas. O economista ressaltou que na última década houve menos concentração de renda e maior concentração de riquezas, o que promoveu o enriquecimento ainda maior dos ricos. Não hesitou em afirmar que o desempenho econômico no Brasil está cada vez mais frágil e com menos capacidade de resistência diante das crises internacionais. Segundo o professor, esse modelo econômico é medíocre e está diretamente ligado ao modelo liberal periférico, baseado nas privatizações, flexibilização das leis trabalhistas e dominação do capital financeiro. Sugeriu que para reduzir a concentração de riquezas é preciso mexer questão tributária.

Mauro Iasi avaliou que uma das principais explicações para a alta concentração de riqueza no país e consequente desigualdade social é a adoção de planos econômicos voltados para o desenvolvimento do capitalismo. Em sua opinião, os últimos governos federais apostaram que ao impulsionar o crescimento do capital haveria uma possível redução das desigualdades, mas ficou provado que essa tática não deu certo. Ele revelou dados que apontaram que nos últimos dez anos, ao mesmo tempo que houve o aumento de renda dos 20% mais pobres, também aconteceu uma alta significativa na concentração de riquezas dos 10% mais ricos da população brasileira, mostrando que os lucros das 500 maiores empresas do país, por exemplo, registraram aumento de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 43 bilhões em menos de uma década. Destacou que a diminuição das desigualdades só acontece com a socialização das riquezas, não bastando o crescimento econômico.

Saúde no Brasil

O Seminário do dia 29 de maio encerrou os grandes eventos programados para o Mês do Assistente Social. “Os desafios da saúde no Brasil” foi o tema do evento que aconteceu no auditório do Sind-Justiça, no Centro, e contou com os palestrantes Rodriane Oliveira Souza

(assistente social, conselheira do CFESS) e Carlos Octávio (Agência Nacional de Saúde). A coordenação ficou com a conselheira do Cress/RJ Leopoldina de Araújo Cardoso. O seminário tratou da Saúde como direito em contraponto com o processo de privatização no setor, que tem ganhado cada vez mais espaço no cenário brasileiro. A proposta foi fazer uma reflexão sobre os caminhos que podem ser traçados para descentralizar a gestão da política de saúde do país, garantir a universalização dessas políticas, apontando as possíveis contribuições do Serviço Social nesse contexto.

Carlos Octávio começou traçando um quadro conjuntural da atual crise econômica e seus reflexos na área da saúde. Defendeu radicalmente o SUS e a construção de um projeto de transição para socialismo. “A saúde é um direito e não uma mercadoria”, afirmou, depois de revelar que cerca de 42 milhões de pessoas estão inseridas em planos de saúde com gastos altos em seus orçamentos. “O Brasil direciona pouca verba para a saúde”, concluiu.

Rodriane apresentou cada eixo do “Parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde”, relacionando o trabalho profissional cotidiano com o documento. Ressaltou que esses parâmetros não possuem o objetivo de ser uma “receita de bolo”, mas sim de apontar as orientações básicas para a ação do assistente social que atua nessa área. Os parâmetros também foram discutidos no Seminário Nacional Serviço Social e Saúde, realizado em Olinda, nos dias 8, 9 e 10 de junho e continuam em debate pela categoria em todo o Brasil.

Agradecimentos

O CRESS-RJ recebeu e agradece, publicamente, os seguintes cumprimentos pelo Dia do Assistente Social:

- ASFUNRIO
- Conselho Regional de Enfermagem RJ
- Conselho Regional de Fonoaudiologia RJ
- Legião da Boa Vontade
- Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro
- Carla Galo
- Flávia Salgado
- Nelma Espíndola

A Direção do Cress/RJ faz um agradecimento especial a todas as instituições e profissionais de Serviço Social que contribuíram na organização dos eventos promovidos pelo Conselho em todo o Estado.



Esta é a arte lançada pelo Conselho Federal de Serviço Social, em 2009, para os eventos comemorativos do Dia do Assistente Social. Além disso, o Conselho Federal publicou um **CFESS Manifesta** especial para o dia 15 de maio, que pode ser conferido no site www.cfess.org.br. Vale destacar que a ABEPSS também elaborou um texto para marcar a data. Veja a íntegra do documento no site www.cressrj.org.br

A dimensão político-pedagógica das Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS

O conjunto CFESS/CRESS, em consonância com a Política Nacional de Fiscalização (PNF), vem suscitando importantes discussões sobre o respaldo das entidades representativas no que diz respeito à defesa do exercício profissional do Serviço Social, que se expressam nas Resoluções do CFESS, já que este, na qualidade de órgão normativo de grau superior, tem a prerrogativa de estabelecer normativas para a profissão.

Sabemos que determinada parcela da categoria e outros que não têm formação em nossa profissão, identificam os CRESS's e o CFESS como entidades que possuem como objetivo precípuo (e talvez único) a defesa dos profissionais de Serviço Social. Tal entendimento carece de fundamentos para sua sustentação, pois, nesta medida, tais entidades teriam um caráter eminentemente corporativista e não atenderiam sua real e fundamental função pública, que é a de garantir a qualidade do serviço prestado à população pelos assistentes sociais. Obviamente que, em muitos casos, a qualidade do serviço prestado passa pelo apoio aos assistentes sociais, mas esta equação não é absoluta e o fato de haver uma Comissão Permanente de Ética que recebe e processa denúncias éticas contra os assistentes sociais é a prova mais cabal disso.

Nesse sentido, o conjunto de instrumentos normativos que vêm sendo construídos ao longo dessas duas últimas décadas, e que procuram articular as dimensões jurídica e política, prova não só que o Conjunto CFESS/CRESS vem subsidiando a categoria com aparatos legais que possibilitam que o profissional reivindique as condições (técnicas e éticas) de trabalho condignas, assim como tenha respeitadas as suas competências e atribuições privativas, o que contribui para reforçar sua autonomia técnica. No entanto, constatamos através do plantão de atendimento da COFI e de visitas realizadas às Instituições um certo desconhecimento desse aparato normativo, apesar de serem amplamente divulgados nos meios de comunicação do CRESS-RJ, particularmente aqui no Espaço COFI do Jornal Praxis.

Essa postura dos assistentes sociais, a nosso ver, favorece certo imobilismo por parte da categoria perante seu empregador, ao fragilizar-se no enfrentamento às suas imposições ilegais, gerando um contínuo desrespeito ao profissional, que, de certa forma, também alimenta o desconhecimento por parte do gestor das inúmeras ações que um assistente social pode desenvolver, já que a profissão – por ser regulamentada - se constroi a partir de uma consistência legal. Podemos citar, para exemplificar a afirmativa acima, a aprovação, em setembro de 2008, da última Resolução CFESS que foi deliberada pelo Conjunto CFESS/CRESS e que regulamenta a supervisão de estágio em Serviço Social. Consideramos que todo assistente social que exerce a profissão deveria saber da existência dessa normativa, mas, passados nove meses desde a publicação, nos causa preocupação quando recebemos (nos dias de hoje) solicitação de colegas, alguns com a atribuição de supervisor de campo buscando informações e documentos relativos à supervisão de estágio. Surpreende-nos tal fato, visto que, na nossa Lei de Regulamentação e no Código de Ética, ambos de 93, já estão expressos itens que abordam tal temática.

Faz-se necessário, portanto, que os/as assistentes sociais, busquem ampliar seu conhecimento sobre a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética e as

resoluções do CFESS – estas que vêm sendo inclusive divulgadas constantemente no site do Cress 7ª região. Não estamos minimizando, em hipótese alguma, as dificuldades e adversidades enfrentadas no âmbito institucional que, em muitos casos, são constantes, árduas e que também envolvem a correlação de força no interior das próprias equipes de Serviço Social e/ou as multiprofissionais. A decisão pelo enfrentamento das questões mencionadas revela o compromisso dos assistentes sociais em materializar o que está preconizado nas legislações e documentos mencionados. Temos identificado que as equipes que se organizaram, elaboraram projetos de atuação e lutaram por condições legais para o seu exercício, sob o fundamento dos instrumentos normativos que já foram expedidos pelo Conjunto, adquiriram maior respeitabilidade por parte do seu empregador e legitimidade ao trabalho do Serviço Social. Isto devido não só ao fato de terem demonstrado competência profissional, como também por afirmarem a importância de se apoderarem do aparato legal que, sem dúvida, contribui para afirmação do Serviço Social perante a dinâmica institucional.

Podemos exemplificar este debate também com a deliberação da Resolução 493 do CFESS que foi publicada em 2006, a qual já foi discutida neste Espaço COFI e que também teve ampla divulgação junto à categoria. Esta Resolução foi resultado de uma demanda histórica dos assistentes sociais e que objetivava regulamentar um artigo do Código de Ética Profissional que define como direito dos assistentes sociais as condições dignas de trabalho para a garantia da qualidade do exercício profissional realizado (Art. 7º). Todos os assistentes sociais já devem ter se deparado com a dificuldade de enfrentamento para garantir suas condições de trabalho junto ao seu empregador. Faltava, pois, um instrumento que explicitasse com maior objetividade a caracterização do que efetivamente são condições condignas de trabalho. Neste sentido, foi produzida a Resolução CFESS 493/2006, que objetivou instrumentalizar os assistentes sociais para a luta pelas suas condições técnicas e éticas de trabalho. Entretanto, passados três anos, ainda há assistentes sociais que desconhecem esse instrumento de luta e de defesa do exercício profissional.

O nosso trabalho de divulgação destes instrumentos normativos continuará sendo realizado, assim como o de orientação acerca do exercício profissional. Toda edição e publicação de um novo instrumento normativo demanda novas estratégias de enfrentamento dos determinantes contrários ao projeto profissional dos assistentes sociais.

Sem dúvida podemos considerar que a Lei 8662/93 é um marco jurídico político para a profissão porque ela vem romper com um tradicionalismo contido na Lei anterior coadunando com os novos rumos profissionais e as transformações societárias. Os elementos constitutivos do nosso arcabouço normativo profissional são construídos sempre na perspectiva do fortalecimento do projeto coletivo profissional que foi desencadeado a partir dos anos 80, concretizado nos anos 90 e reconhecido como o Projeto ético-político no Serviço Social brasileiro. Estes instrumentos normativos do exercício profissional (Lei de Regulamentação e o Código de Ética Profissional) foram publicados na década de 90. Ou seja, todo aparato normativo do Serviço Social existente na atualidade concorre para o fortalecimento do projeto profissional, o que determina a prestação de um

serviço de qualidade à população.

Não devemos perder de vista que o Serviço Social não se encerra em si mesmo, e a consolidação do nosso projeto profissional depende também de uma permanente articulação política com a sociedade civil a fim de definir, para além das nossas especificidades profissionais, propostas e estratégias comuns ao campo democrático, ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços e com suas organizações, para efetivação dos mesmos.

Entretanto, isto não prescinde de uma apropriação dos assistentes sociais dos seus instrumentos normativos que dizem respeito especificamente ao seu exercício profissional. Somente a partir desta apropriação, os assistentes sociais deixarão de incorporar atribuições que não lhe dizem respeito e que, às vezes, possibilitam que pessoas leigas assumam atividades do Serviço Social. Na nossa compreensão, a falta de conhecimento e/ou familiaridade dos assistentes sociais sobre seus instrumentos normativos, é um fator relevante na contribuição para o reconhecimento impreciso e/ou equivocado do Serviço Social pelos usuários, pela instituição, pelos outros profissionais, pela sociedade em geral e, em última instância, pelo próprio profissional. Nestas condições, os assistentes sociais ficam desprovidos da imprescindível capacidade de apreender as particularidades de seu trabalho: as suas competências e atribuições profissionais e as condições (técnica e éticas) para e exercício das mesmas.

O desenvolvimento do exercício profissional desarticulado dos seus instrumentos normativos o torna vulnerável às chamadas correntes neoconservadoras e a sua identificação com atividades que passam ao largo da nossa formação profissional e das nossas competências e atribuições privativas (dispostos, respectivamente, nos artigos 4 e 5 da Lei de Regulamentação). Os prejuízos que derivam deste exercício profissional deslocado das diretrizes normativas poderão materializar-se em ações concretas de caráter totalmente diverso e mesmo contrário aos princípios do Projeto Ético-Político, que re-significou o Serviço Social no contexto de implementação de direitos sociais.

Cumpra-nos o dever de reafirmar que o projeto ético-político do Serviço Social é uma proposta de contraposição às atuais condições de vida impostas à grande maioria da população brasileira. Neste sentido, viabilizar, individual e coletivamente, o nosso projeto profissional implica investirmos na capacidade de identificar e de enfrentar, cotidianamente e com o propósito de superar, as questões aqui apresentadas e que não estão dicotomizadas das adversidades institucionais do atual modo de organização social, econômica e política.

A categoria e o Conjunto CFESS/CRESS têm que continuar avançando na normatização do exercício profissional diante dos dilemas contemporâneos do Serviço Social. Entretanto, tão importante quanto à construção de uma legislação profissional, é trabalhar este acervo normativo pelos próprios assistentes sociais e, também junto aos futuros profissionais em seu processo de formação, de maneira que este arcabouço normativo cumpra a sua função e que efetivamente instrumentalize o exercício profissional, viabilizando a materialização dos princípios ético-políticos do Serviço Social.



Trabalho promove a reflexão e tratamento de usuários de álcool e outras drogas e seus familiares

A Unidade de Problemas Relacionados ao Uso de Álcool e Outras Drogas (UNIPRAD), que está inserida no Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem como seu principal objetivo articular ensino, pesquisa e assistência, visando à promoção da saúde, a prevenção e o tratamento na área de álcool e outras drogas. De acordo com a Assistente Social Artemis Soares Viot Serra, que trabalha há 10 anos no Hospital, a Unidade funciona com uma proposta interdisciplinar (profissionais de Serviço Social, Psicologia, Psiquiatria, Neurologia, Enfermagem, Técnico em Enfermagem e Terapia Ocupacional) para atendimento de adultos, adolescentes e familiares ou responsáveis. O atual Coordenador da UNIPRAD é o Assistente Social Ivan Freire.

Segundo a Assistente Social, o trabalho desenvolvido também está articulado ao projeto de extensão "Centro de Ensino, Pesquisa e Referência de Alcoologia e Adictologia" (CEPRAL). Foi idealizado pelo médico neurologista e professor José Mauro Braz de Lima, atual diretor do HESFA, com a proposta de reunir em um só trabalho o atendimento e a produção de conhecimento.

A UNIPRAD é uma Unidade formadora de profissionais no campo de álcool e outras drogas. Para isso recebe estagiários em Serviço Social, Psicologia, Enfermagem entre outros alunos de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento e oferece cursos de extensão.

Artemis explica que as atividades desenvolvidas na UNIPRAD são: grupo de acolhimento, entrevista inicial, grupo de adultos, grupo de familiares, grupo de adolescentes e acompanhamentos individuais em várias áreas para usuários e familiares.

Metodologia

A metodologia desenvolvida nos grupos de adultos e familiares, relata Artemis, consiste em uma reunião semanal com duração de até duas horas. A coordenação é feita por dois Assistentes Sociais: Ivan Freire Fonseca e Artemis Viot Serra, que atuam com os demais profissionais, inclusive estagiários de todas as áreas da equipe interdisciplinar. Ela destaca que a cada encontro do grupo é trabalhado um



Artemis Soares Viot Serra

tema escolhido por usuários e familiares que participam dos mesmos, por meio de apresentação, debates, vivências e dinâmicas de grupo. Entre os temas mais discutidos estão à questão familiar, recaída, abstinência, trabalho e os direitos sociais. Artemis afirma que há um vínculo forte dos participantes do grupo (de 10 a 15 pessoas) e seus coordenadores e os resultados são considerados positivos em relação à adesão ao tratamento. Vale registrar que as usuárias do sexo feminino representam aproximadamente cerca de 30% dos participantes. Depois de passar por um grupo de acolhimento, os usuários dos serviços passam por uma entrevista inicial e a seguir tem um acompanhamento em grupo e individuais nos aspectos biopsicossociais.

Artemis conta que durante as reuniões do grupo aparecem vários relatos de violência oral e física por conta do uso de álcool e outras drogas. O usuário pode se tornar um agressor, mas também pode sofrer agressões da própria família. Ela adverte que não há cura para alcoolismo e outras dependências, mas há a possibilidade de reabilitação, mesmo quando o usuário não consegue ficar em completa abstinência. O trabalho desenvolvido na UNIPRAD já é considerado de referência, ressalta a Assistente Social com orgulho. Há uma parceria com o Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (CPRJ), que desenvolve um trabalho de regulação

em internação especializada para os usuários de álcool e outras drogas e assim como acompanhamento psiquiátrico. Uma alternativa mais radical adotada é o encaminhamento para o Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS ad) quando o usuário necessita de um tratamento mais intensivo. Ela lembra que há alguns anos a internação e poucos locais de tratamento ambulatorial eram as alternativas possíveis, principalmente para a população mais empobrecida.

A co-dependência, que nada tem como de suas características a obsessão por tomar conta do outro e inclusive do usuário de álcool e outras drogas e deixar de cuidar de si mesmo, também pode ser tratada no caso da pessoa decidir que quer mudar de comportamento, afirma a Assistente Social. A recuperação depende da própria pessoa, mas orientações e dicas de reflexões sobre o problema podem contribuir bastante, diz ela.

Reconhecimento profissional

Há um reconhecimento do trabalho profissional dos Assistentes Sociais por parte da Direção do Hospital, assegura Artemis, que enfatiza ainda que o Serviço Social desfruta de prestígio e valorização tanto dos usuários quanto dos demais profissionais. Para isso, enfatiza que os assistentes sociais precisam estejam sempre na busca de novos conhecimentos por meio de qualificações em sua área de atuação.

Artemis acredita que o trabalho realizado está coadunado com o projeto ético-político do Serviço Social, pois respeita os princípios da integralidade, possui uma visão interdisciplinar, atua em uma relação horizontal e democrática com todos os integrantes do grupo, promove o acesso aos direitos e contribui para a produção de conhecimentos na área do uso de álcool e outras drogas. A Assistente Social é mestre em Serviço Social pela UFRJ, tem cursos de especialização e costuma escrever artigos. Um deles é "Panorama do tratamento dos usuários de drogas no Rio de Janeiro" escrito junto com mais duas profissionais da área da saúde, que trata sobre a construção de uma rede de assistência em álcool e outras drogas no município do Rio de Janeiro. ■

Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social – 3ª edição – 2009

Inscrição: 1 de agosto a 15 de setembro

Julgamento: 16 de setembro a 31 de outubro

Divulgação dos finalistas: 1 de novembro

Premiação: 16 de novembro a 11 de dezembro

Veja mais informações sobre o **Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social** na próxima edição do Praxis e acompanhe pelo site www.cressrj.org.br as notícias referentes ao prêmio.



Nota pública de esclarecimento - Programa Delegacia Legal

O Conselho Regional de Serviço Social - 7ª região, vem a público esclarecer sobre os procedimentos formais que culminaram no término do “Estágio em Serviço Social” em unidades no Programa Delegacia Legal a partir de 1.º de julho de 2009.

Diante do desconhecimento da existência de quadro funcional de Serviço Social no Programa em questão, foi solicitado formalmente ao Coordenador Geral do mesmo, a lista dos assistentes sociais, supervisores de campo, tendo em vista que: “constituem atribuições privativas do Assistente Social: treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social”; assim como: “somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social” (Lei 8662/93 artigos 5º § 6 e 14º parágrafo único, respectivamente).

Desta forma, fomos informados pelo referido Programa sobre a existência de três Assistentes Sociais contratadas para ministrar a supervisão para todos os estagiários de Serviço Social, sem, no entanto, estarem atuando como Assistente Social no Programa. Embora nos parecesse contraditório, tal fato nos foi confirmado em reunião realizada na Sede do Conselho em 10 de março com a presença de representantes da Fundação MUDES (empresa responsável pela seleção, recrutamento e contratação dos estagiários) e do Programa Delegacia Legal.

Nesta ocasião, fomos informados que, de fato, não existe o cargo de assistente social no referido Programa e que os profissionais contratados na função de técnico de atendimento social são graduados em Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e Comunicação Social, todos realizando as mesmas atividades.

Cabe historiar, que o Serviço Social na década de 80, realizou um trabalho pioneiro de implantação do setor de Serviço Social em delegacias policiais no estado do Rio de Janeiro, através de uma parceria entre a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do

Rio de Janeiro (UFRJ) e a Secretaria Estadual de Polícia Civil do RJ, tendo por objetivo realizar a prestação de serviços à comunidade atendida nas delegacias e abrir campo de estágio para os alunos da referida unidade acadêmica.

O Serviço Social tinha como eixo fundamental o desenvolvimento da consciência do usuário, através da reflexão das situações apresentadas, buscando conjuntamente formas de enfrentamento para tais questões, em nível individual e/ou coletivo, tais como, desemprego, ausência de habitação, uso abusivo de drogas, conflitos conjugais e de vizinhança, entre muitos outros. Este projeto foi desenvolvido em 10 (dez) delegacias distritais e 3 (três) Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher.

Em 1988, foi constituído pela Secretaria de Estado de Polícia Civil, um Grupo de Trabalho composto por servidores do referido órgão, representantes do CRESS/RJ e Escola de Serviço Social/UFRJ com a “finalidade de elaborar projeto de criação do Quadro de Assistentes Sociais da Polícia Civil, bem como o programa do concurso público a ser realizado para o preenchimento dos respectivos cargos” (Boletim de Serviço no. 200/SEPC/21/10/1988).

No entanto, em 1990, diante da ausência de resolutividade por parte da então Secretaria de Estado de Polícia Civil, para dar continuidade aos encaminhamentos do citado Grupo de Trabalho, a ESS/UFRJ encerrou o convênio com o referido órgão estadual para manutenção do Projeto de Implantação de Serviço Social em Delegacias Policiais, uma vez que não cabia à universidade manter uma determinada prestação de serviços à população, que a priori seria responsabilidade do estado do Rio de Janeiro.

O CRESS/RJ reconhece o Programa Delegacia Legal como um campo onde potencialmente emergem diversas expressões da questão social e, neste sentido, a exemplo de outras instituições públicas, deveria ratificar a relevância profissional dos Assistentes Sociais

e de outras categorias profissionais, contratando efetivamente um corpo técnico para atuar dentro das suas competências e atribuições regulamentadas.

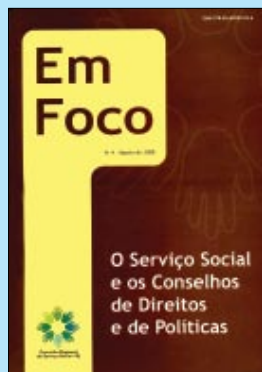
Contudo, diante do atual quadro apresentado onde não há especificidade profissional, não é cabível a existência de estágio em Serviço Social, no intuito de preservar a qualidade da formação do corpo discente, face às próprias legislações e resoluções existentes.

Ademais e de acordo com as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social homologadas pelo MEC em 04/07/2002 e das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Resolução CNE/CES nº15), o Estágio Supervisionado “é uma atividade obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base nos planos de estágios elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio”.

Assim, considerando as prerrogativas legais previstas na lei de regulamentação da profissão de assistente social no Brasil – lei 8662/93, nas Diretrizes Curriculares em vigor e principalmente na natureza do trabalho desenvolvido atualmente pelos chamados “técnicos de atendimento social” presentes no Programa Delegacia Legal, o CRESS deliberou na reunião supracitada pela suspensão do referido “estágio” a partir de 01 de julho de 2009, visando efetivamente preservar a qualidade da formação do corpo discente e garantir o atendimento de qualidade à população usuária conforme o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Conselho Regional de Serviço Social - 7ª. Região
Gestão Ética, Autonomia e Luta

Publicações à venda no Cress



Revista EM FOCO:
- O Serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas
R\$10,00



Revista EM FOCO:
- O Serviço Social e a Educação
R\$10,00



O Serviço Social em Hospitais:
Orientações Básicas
2ª Edição revista e ampliada
R\$ 7,00



Assistente Social: Ética e Direitos
Coletânea de Leis e Resoluções - Vols. I e II
5ª Edição - Revista e atualizada até junho/2008
R\$ 30,00 (os dois volumes) - R\$17,00 (cada volume)



Na mídia

Ações de comunicação garantem mais visibilidade para o Serviço Social

A Comissão de Comunicação do Cress/RJ e o conjunto da direção do Conselho têm feito um trabalho constante na busca de dar mais visibilidade à profissão junto à mídia, tanto as oficiais quanto as consideradas alternativas.

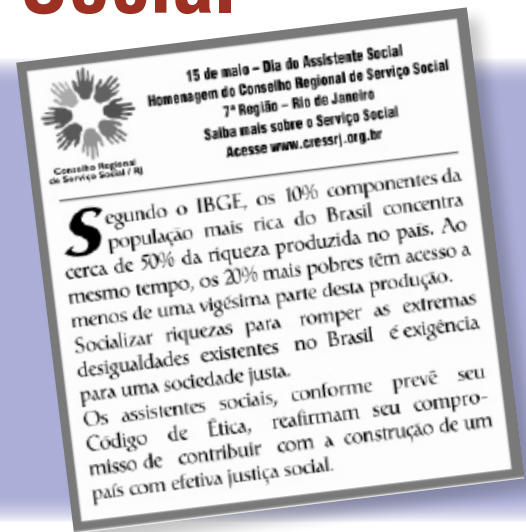
Poderíamos pôr em um Box as chamadas das matérias que conseguimos na grande mídia também no ano passado. A ideia é passar aos AS's que estamos num "crescendo" com relação a esse aspecto tão propalado pela categoria.

No Dia do Assistente Social, 15 de maio, a direção do Cress/RJ publicou no jornal O Globo uma nota (veja box) cumprimentando a categoria e abordando os compromissos previstos pelo Código de Ética profissional. Vale destacar que este procedimento vem sendo feito nos últimos anos. Ainda no dia 15 de maio, os apresentadores do programa "Bom Dia Rio", da TV Globo parabenizaram os assistentes sociais pela data comemorativa profissional. O jornal "Folha Dirigida", na seção "Carreiras", abordou o Serviço Social em matéria voltada, principalmente, para estudantes de segundo grau que ainda estão escolhendo suas carreiras profissionais. Uma das entrevistadas foi a presidente do Cress/RJ, Fátima Grave Ortiz.

A edição de domingo, dia 3 de maio de 2009, do jornal O Globo publicou matéria com chamada de capa sobre o programa Bolsa Família, apresentando dados, calculados pelo próprio jornal; que demonstram que em breve (previsão para 2010) 1/3 da população terá o programa como principal fonte de renda. Diante disso foi enviada pela presidente do Cress/RJ, Fátima Grave Ortiz, uma manifestação para a seção "Cartas do Leitor", publicada na edição de do dia 5 de maio. A íntegra da carta pode ser conferida no Box.

Outros instrumentos de divulgação têm sido utilizados pelo próprio Cress/RJ para atingir a opinião pública. Um exemplo é o cartão comemorativo do Dia do Assistente Social. Veja mais detalhes na matéria abaixo. Em maio também circularam, em dez linhas de ônibus do município do Rio de Janeiro, busdoors com o tema da campanha nacional do Conjunto CFESS/Cress "Socializar riqueza para romper desigualdades". Ainda em maio foram confeccionados dois banners para o evento comemorativo do dia 15. Um deles foi exposto no salão principal do Clube do América, onde foi realizado o evento. O outro, de grande dimensões ficou em frente ao local e despertou a curiosidade da população.

A reativação do instrumento de comunicação "Cress Opina", lançado no Dia do Assistente Social, com o tema "Em defesa da aprovação das 30 horas semanais" faz parte de um conjunto de ações para dar visibilidade ao posicionamento político da direção do Cress. A elaboração de materiais de comunicação que contribuam para promover a visibilidade da profissão é uma preocupação constante da diretoria.



Carta do Leitor - O Globo - 5 de maio de 2009

Os dados apresentados sobre o Bolsa Família demonstram o quanto é essencial a existência de programas de transferência de renda. Eles mantêm vivos milhões de brasileiros. Há que se registrar, no entanto, que o Brasil continua sendo um dos campeões de concentração de renda no mundo. Dados do IBGE, seguidamente, demonstram que os 10% mais ricos concentram cerca de 50% da riqueza produzida no país, com os 20% mais pobres não chegando à 20ª parte deste percentual. Uma efetiva e ousada desconcentração de renda é fundamental para reduzir as enormes desigualdades no Brasil.

Fátima da Silva Grave Ortiz (por e-mail, 3/5), Rio

Hotsite é lançado para impulsionar campanha da lei do sigilo profissional

O cartão comemorativo do Dia do Assistente Social, já tradicionalmente lançado em maio, este ano trata do sigilo como direito profissional e direito da população. Foram distribuídos 20 mil exemplares em vários locais públicos de grande circulação como cinemas, teatros, livrarias e outros. A novidade é que em 2009 o cartão, já bem divulgado junto a categoria, teve sua elaboração articulada com uma campanha *on line*, que pode ser acessada no hot site www.cressrj.org.br/leidosigilo

A proposta de incrementar, via internet, a campanha pela ampla implementação da lei que garante o sigilo no atendimento prestado pelos profissionais de Serviço Social partiu da Agência Metara, responsável pela execução dos cartões. Eles apontaram a importância do postal não apenas levar o conhecimento desse direito, mas sim direcionar o público para um hot site (site temporário) onde as pessoas pudessem assinar uma petição on-line e enviar um postal-eletrônico para os parlamentares exigindo o cumprimento da lei.

A aprovação, em 2008, da Lei Estadual nº 5261, que garante o sigilo da informação no atendimento prestado pelos assistentes sociais é resultado de um longo processo de mobilizações do Cress/RJ, que começou em 2002, a partir do Projeto "Serviço Social e o Parlamento". No hot site é possível conhecer o histórico das ações que garantiram esta conquista.

Mobilização

A Lei já está aí, mas para que ela seja cumprida, os locais de atendimento da administração estadual, direta, indireta e fundacional precisam estar adaptados. Para isso, é necessária a mobilização dos assistentes sociais, que podem contribuir efetivamente enviando mensagens para o governador do Estado. No que se refere às prefeituras a mensagem do hot site sugere que a lei seja adaptada para que sejam implementadas em todos os municípios. Nesse caso, os textos serão encaminhados para os parlamentares da Câmara de Vereadores e para as prefeituras (92 em todo Estado do Rio de Janeiro). Vale destacar que no hot site há um modelo de texto pronto para aqueles que desejarem postar a mensagem e o próprio cartão postal.

O sistema do hot site foi configurado de forma que um usuário não possa enviar o postal mais de uma vez, o que garantirá a lisura da ação de comunicação. Vale a pena conferir e participar desse moderno processo de mobilização.



Mês do Assistente Social



Várias atividades foram promovidas para comemorar o Mês do Assistente Social. A categoria prestigiou os eventos promovidos pelo Cress/RJ como a Conferência do dia 15 de maio, os três seminários e os minicursos, que aconteceram de forma descentralizada por todo o Estado.